**IX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2019)**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS PRODUTORES RURAIS

Autor: Mateus Portal Fraga

Orientador: José Tadeu Neves Xavier

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Linha 01: Tutelas a efetivação de direitos públicos incondicionados

O objetivo desta pesquisa é demonstrar, através de pesquisa jurisprudencial e doutrinária a divergência existente entre tribunais e doutrinadores no que tange à Recuperação Judicial dos produtores rurais que, ao ingressar com pedido de recuperação econômica, não atendem o requisito estabelecido no Art. 48 da Lei 11.101/2005, qual seja, dois anos de atividade empresária. Tal restrição remete a uma não tão singela margem interpretativa quanto à natureza jurídica do Art. 966 do Código Civil de 2002 e da faculdade do registro mercantil a produtores rurais, conforme especifica o Art. 971 do mesmo diploma legal. Não bastasse a discussão acerca do deferimento do processamento da recuperação de produtores rurais com registro mercantil em prazo inferior a dois anos, há ainda a temática de quais créditos estariam sujeitos à recuperação, tendo em vista o efeito jurídico direto que o não reconhecimento do regime empresarial implicaria. Nesta senda, objetiva-se, ainda, uma breve demonstração do impacto socioeconômico que circunda esta temática, considerando a grande escala de produção rural no território nacional e o número de cidadãos que dela dependem, sem deixar de observar, também, os princípios esculpados na Lei de Recuperação Judicial e Falências. Os resultados demonstram, até o momento, uma consolidação do entendimento de que, ante a inexigibilidade da inscrição dos que exercem atividade rural na junta comercial, a natureza jurídica do registro previsto no Art. 966 do Código Civil de 2002 acaba por tornar-se meramente declaratória, já que o efetivo exercício da atividade rural anterior ao pedido de recuperação judicial poderá ser comprovado das mais diversas formas.

Palavras-chave: Recuperação Judicial. Produtor Rural.